

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. INTRODUÇÃO

A **WLM Indústria e Comércio S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

Controladas e coligadas	Nome fantasia	Área de atuação / Estado
Controladas operacionais		
Equipo Máquinas e Veículos Ltda.	Equipo	Rio de Janeiro
Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda.	Quinta Roda	São Paulo e Minas Gerais
Itaipu Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu	Minas Gerais
Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda.	Itaipu Norte	Pará e Amapá
Fartura Agropecuária S.A.	Fartura	Sul do Pará e Norte do Mato Grosso
Itapura Agropecuária Ltda.	Itapura	Sul de Minas Gerais e São Paulo
Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda.	Sebastião	Norte do Mato Grosso e Sul do Pará
Controladas descontinuadas		
Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.	Superágua	Minas Gerais
Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Sumasa	Pará
Coligadas descontinuadas		
Metalúrgica Plus S.A.	Metalplus	Paraná
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Plenogás	Paraná

2. INFORMAÇÕES GERAIS

A **WLM Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na *BM&F Bovespa* desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através de uma rede de dezoito concessionárias de veículos da marca **Scania**: **Equipo** (Rio de Janeiro), **Quinta Roda** (São Paulo e Minas Gerais), **Itaipu** (Minas Gerais), e **Itaipu Norte** (Pará e Amapá), todas com a certificação mundial **D.O.S. (Dealer Operating Standard) - Scania**, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – com fazendas em diversos estados do Brasil, dedicadas ao agronegócio, a WLM atua por meio da **Fartura** (Sul do Pará) e **São Sebastião** (Norte do Mato Grosso) na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (região de Campinas/SP) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (Sul de Minas Gerais) na cafeicultura. Todas

as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de apresentação das demonstrações contábeis

A Companhia apresenta as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações contábeis individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Companhia declara que procedeu a revisão, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, encaminhando em seguida para o Conselho de Administração que autorizou a sua emissão em 26 de março de 2014.

3.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

b) Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Contábeis, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado.

O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos

e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 37.

Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado

negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

c) Quotas de consórcio

As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão mensuradas pelo valor de aquisição que se aproxima do valor justo.

d) Impostos a recuperar e créditos tributários

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

e) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

g) Operações com partes relacionadas (ativo não circulante e passivo circulante)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos e arrendamentos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

A Companhia registra provisão para passivo a descoberto de empresas controladas e coligadas na rubrica provisão para perdas de investimentos (nota 17).

i) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna o seu custo para a contabilização subsequente.

j) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 19.

k) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

m) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

n) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

o) Dividendos a pagar

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia seguiu conforme estabelecido no art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social. Dessa forma, registrou a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, este apresentado no passivo circulante no grupo "Dividendos a pagar", conforme divulgado na nota explicativa 23.

p) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em demandas judiciais de natureza tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base na opinião de seus consultores jurídicos. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários e cíveis estão descritos na nota explicativa 26.

q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o período.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A Companhia elaborou Demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações não aplicáveis no exercício de 2012 e que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013

Foram aprovados pelo IASB e normatizados pelo CPC e CVM os seguintes novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013 adotados pela Companhia:

Pronunciamento	Descrição
CPC 18 (R2) / IAS 28 (IASB - BV 2012) Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 18 é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (<i>joint ventures</i>).
CPC 19 (R2) / IFRS 11 (IASB - BV - 2012) Negócios em conjunto	A revisão do CPC 19 contempla ainda a alteração de seu nome original CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (<i>Joint Venture</i>) para CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto e sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013.
CPC 33 (R1 / IAS 19 (IASB - BV - 2012) Benefícios a Empregados	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 33 é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.
CPC 36 (R3)/ IFRS 10 (IASB - BV - 2012) Demonstrações Consolidadas	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.
CPC 45 / IFRS 12 (IASB - BV - 2012) Divulgação de Participações em Outras Entidades	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 45 é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

A Companhia avaliou os impactos dessas novas normas em suas demonstrações e não identificou ajustes relevantes que viessem a afetá-las, exceto os efeitos referentes ao pronunciamento contábil CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis 46/ IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo.

O novo pronunciamento basicamente determina novos critérios de divulgação para as mensurações a valor justo de saldos ativos e passivos da Companhia, como o nível hierárquico a que se enquadra o cálculo do valor justo, premissas de cálculo e análise de sensibilidade dos saldos, conforme divulgado no item b da nota explicativa 3.

u) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Algumas normas, emendas e interpretações do IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2013, e que poderiam afetar a Companhia, são elas:

- IFRIC 21 – Orientações sobre o reconhecimento de um passivo oriundo de uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quanto aquelas em que a data e o valor da taxa são certos. Vigência 01/01/2014;
- IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros: Vigência 01/01/2014;
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração direito de novação de derivativos e *hedge accounting* (emendas IAS 39): Introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura dos instrumentos financeiros derivativos: Vigência 01/01/2014;
- Emenda da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação: Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência: 01/01/2014;
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 01/01/2015;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações contábeis requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; realização dos créditos tributários diferidos; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e IAS 34, abrangendo as informações anuais das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas controladas	Participação no capital subscrito e integralizado	
	2013	2012
Operacionais		
Equipo	100,00	100,00
Quinta Roda	100,00	100,00
Itaipu	100,00	100,00
Itaipu Norte	100,00	100,00
Fartura	99,16	99,16
Itapura	100,00	100,00
São Sebastião	100,00	100,00
Descontinuadas		
Superágua	100,00	100,00
Sumasa	100,00	100,00

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas.

A WLM possui duas empresas controladas com operações descontinuadas:

· ***Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.***

Constituída originalmente para a execução de um projeto de manejo sustentável para exploração do comércio e indústria de madeiras devidamente aprovado pelo IBAMA, por opção da Companhia, teve as suas atividades adiadas devido a questões de mercado e ambientais; e

· **Superáguia Empresa de Águas Minerais S.A.**

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas CAXAMBU, LAMBARI, ARAXÁ e CAMBUQUIRA, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado negativo das operações descontinuadas (2013 - R\$ 608) e (2012 - R\$ 5.273), é totalmente atribuído à controladora.

Do lucro líquido do exercício, R\$ 19.362 (2012 - R\$ 34.582), o montante de R\$ 19.373 é atribuível aos acionistas controladores (2012 - R\$ 34.612).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

Caixa e Equivalentes de Caixa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	170	147	2.926	2.824
	170	147	2.926	2.824
MOEDA NACIONAL				
CDB Bradesco (CDI 99% a 102,30%)		7.000		7.000
Fundo BMB (CDI 100%)			140	208
Fundo - Bradesco (CDI 100%)			12.468	146
Debênture Bradesco (CDI 100%)	6.144		6.144	
CDB CEF (CDI 100%)	7.249		7.249	
	13.393	7.000	26.001	7.354
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 105%)	8.000	9.559	8.000	9.559
Itaú-Unibanco (CDI 102%)	980	8.134	58.062	45.813
	8.980	17.693	66.062	55.372
Total de caixa e equivalentes de caixa	22.543	24.840	94.989	65.550

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, bem como a quotas de fundos de investimentos, possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 37.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

Aplicações Financeiras	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
MOEDA NACIONAL				
CDB				
BMB (CDI 102%) - vencimento dez/2011 a out/2023	8.361	7.748	8.361	7.748
Bradesco (CDI 99% a 102,30%)		10.744		10.744
Debênture Bradesco (CDI 100%)	5.000		5.000	
Caixa Econômica Federal (CDI 100%)	7.889	6.899	7.889	6.899
	<u>21.250</u>	<u>25.391</u>	<u>21.250</u>	<u>25.391</u>
Fundos de Investimentos				
Real Santander (CDI 105%)	11.103	8.337	11.103	8.337
Itaú-Unibanco (CDI 105%)	15.863	34.771	15.863	34.771
Brasil (CDI 100%)	18.545	17.334	18.545	17.334
	<u>45.511</u>	<u>60.442</u>	<u>45.511</u>	<u>60.442</u>
Total de aplicações financeiras	<u>66.761</u>	<u>85.833</u>	<u>66.761</u>	<u>85.833</u>

Os CDBs, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalentes de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgate antes do vencimento contratado, a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como no aumento da carga tributária.

As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas a valor justo e classificadas como disponíveis para venda. No tocante aos CDBs a Administração poderá, ou não, exercer a opção de resgate antes do vencimento. Esta opção se dará caso haja melhores alternativas de mercado. A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimento; no entanto, diante de melhores alternativas, esta opção poderá ser exercida.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 37.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

Controladas	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Equipo	12.133	15.946
Quinta Roda	48.161	35.619
Itaipu	68.421	57.055
Itaipu Norte	12.137	8.442
Itapura	94	26
Total	140.946	117.088

10. QUOTAS DE CONSÓRCIO - CONSOLIDADO

Empresas Controladas	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Equipo	290	430
Quinta Roda	7.157	10.595
Itaipu	1.138	895
Itaipu Norte	286	60
Total	8.871	11.980

O saldo apresentado refere-se a quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IRRF sobre aplicações financeiras	1.538	1.403	1.538	1.409
IRRF sobre mútuo	106	68	106	68
IRRF sobre juros de capital	1.096	1.168	1.096	1.168
Imposto de renda		278	144	306
Contribuição social			49	
ICMS a recuperar			2.597	878
Outros		12	405	507
Total	2.740	2.929	5.935	4.336
Circulante	2.740	2.929	5.892	4.273
Não circulante			43	63

12. ESTOQUES - CONSOLIDADO

Descrição	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Caminhões e peças	24.481	27.796
Café		432
Material de consumo	562	63
Estoque em formação (café, soja, milho e milheto)	1.190	523
Total	26.233	28.814

O estoque de café refere-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

Com relação ao estoque em formação - café, soja, milho e milheto - a Companhia entende que está substancialmente próximo ao valor justo.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS - CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Descrição	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Demonstrados pelo valor justo		
Bezerras (8 a 12 meses)	1.031	1.105
Nov ilhas	1.375	1.073
Bezerros (8 a 12 meses)	381	779
Nov ilhos		855
Bois	1.286	341
Subtotal	4.073	4.153
Demonstrados pelo custo de produção		
Rebanho em formação	3.133	3.500
Bezerras (0 a 7 meses)	1.950	1.502
Bezerros (0 a 7 meses)	1.934	1.419
Subtotal	7.017	6.421
Rebanho bovino	11.090	10.574
Total do circulante	11.090	10.574

NÃO CIRCULANTE

Descrição	TOTAL ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	CONSOLIDADO	
		31/12/2013	31/12/2012
Touros	Até 10%	1.836	1.291
Tourinhos	Até 10%	233	250
Vacas	Até 10%	13.198	13.213
Rebanho bovino	Até 10%	15.267	14.754
Rebanho equino	Até 10%	31	32
Cultura permanente - café	Até 4%	537	575
Total do não circulante		15.835	15.361
Total dos ativos biológicos		26.925	25.935

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, demonstrado pelo valor justo, considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços praticados nas regiões onde estão localizados os ativos, volume de produtividade e tendência do mercado, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) Os preços do rebanho bovino, rebanho equino e cultura permanente são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área, no caso do rebanho bovino são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- (ii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta "Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos".
- (iii) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações contábeis.

14. LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

Controladas	CONTROLADORA	
	31/12/2013	31/12/2012
<u>Lucros</u>		
Quinta Roda	5.000	7.000
Itaipu		10.000
Total	5.000	17.000
<u>Juros sobre o capital próprio</u>		
Equipo	779	892
Quinta Roda	1.480	1.631
Itaipu	2.653	2.745
Itaipu Norte	1.300	1.351
Total	6.212	6.619
Total proposto	11.212	23.619
Total recebido desde a proposição	(10.719)	(23.288)
Total a receber	493	331

15. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

Empresas	CONTROLADORA			
	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controladora				
Sajuthá			118	111
Controladas				
São Sebastião		141		
Fartura	36	3.911		
Itapura	792	272		
Superágua	381			
Coligadas				
Metalplus (*)	302	302		
Plenogás (*)			1.128	1.128
Total	1.511	4.626	1.246	1.239

(*) Coligadas não consolidadas.

Empresas	CONSOLIDADO			
	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controladora				
Sajuthá			118	111
Empresas coligadas				
Metalplus (*)	302	302		
Plenogás (*)			1.128	1.128
Total	302	302	1.246	1.239

Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 118, totalizando no exercício R\$ 1.464 (2012 - R\$ 1.304).

As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC.

Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 18.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física, bem como não existem pagamentos com base em ações da Companhia.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos judiciais	265	349	635	668
Total	265	349	635	668

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo, até a solução dos litígios a que estão arrolados.

17. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	SEGMENTO AUTOMOTIVO				
	EQUIPO	QUINTA RODA	ITAIPU	ITAIPU NORTE	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	34.985	49.706	72.402	31.127	188.220
Distribuição de lucros		(5.000)			(5.000)
Juros sobre capital	(915)	(1.740)	(3.120)	(1.530)	(7.305)
Equivalência patrimonial	3.453	13.269	13.815	6.064	36.601
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	37.523	56.235	83.097	35.661	212.516

	SEGMENTO AGROPECUÁRIO			
	FARTURA	S. SEBASTIÃO	ITAPURA	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	61.754	36.755	27.194	125.703
Aumento de capital	8.000		1.500	9.500
Ganho de participação	4		43	47
Equivalência patrimonial	(1.485)	705	(1.679)	(2.459)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	68.273	37.460	27.058	132.791

	DESCONTINUADAS			TOTAL
	SUPERÁGUA	SUMASA	OUTROS	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		80	5.597	5.677
Equivalência patrimonial		(15)		(15)
SCP Copacabana (Aporte de capital)			475	475
SCP Copacabana (realização do investimento)			(5.953)	(5.953)
Reversão de provisão para perdas			(2)	(2)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		65	117	182

SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	319.600
SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	345.489

. Investimentos em Controladas e Coligadas

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO	CONTROLADORA			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas operacionais				
Equipo	37.523	3.406	34.985	2.809
Quinta Roda	56.235	13.241	49.706	8.283
Itaipu	83.097	13.799	72.402	14.261
Itaipu Norte	35.661	6.061	31.127	4.602
Fartura	72.124	(2.025)	65.693	(4.164)
Itapura	31.150	(2.018)	31.615	(1.741)
São Sebastião	55.244	837	54.204	(840)
Controladas descontinuadas				
Superágua (*)	(375)	(593)	(2.784)	(5.260)
Sumasa	64	(15)	79	(14)
Coligadas descontinuadas				
Metalplus (*)	(840)	(158)	(681)	(134)
Plenogás (*)	(593)	288	(884)	324

(*) É mantida provisão para passivo a descoberto da controlada Superágua e das coligadas Metalplus e Plenogás, refletida na rubrica Outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 24.

Participação em controladas	CONTROLADORA					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Ações ou quotas	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Controladas operacionais						
Equipo	12.290.290	100,00		3.429.008	100,00	
Quinta Roda	22.901.512	100,00		1.570.215	100,00	
Itaipu	34.486.623	100,00		4.303.152	100,00	
Itaipu Norte	17.999.999	100,00		13.999.999	100,00	
Fartura	1.793.322	94,66	4,60	1.595.253	94,00	5,16
Itapura	27.554.557	86,78	13,22	24.504.557	86,02	13,98
São Sebastião (*)	11.166.742	67,81	32,19	11.166.742	67,81	32,19
Controladas descontinuadas						
Superágua (**)	1.929.801.622	100,00		1.729.301.622	100,00	
Sumasa	1.890.160	100,00		1.890.160	100,00	
Coligadas descontinuadas						
Metalplus (**)	3.000	33,33		3.000	33,33	
Plenogás (**)	3.000	33,33		3.000	33,33	

(*) Ações - 01/01/2009 / Quotas - 31/12/2009 e 31/12/2010

(**) É mantida provisão para passivo a descoberto da controlada Superágua e das coligadas Metalplus e Plenogás, refletida na rubrica Outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 24.

. Outros Investimentos

SCP Copacabana

A WLM, sócia participante em conjunto com Infra Engenharia e Consultoria Ltda. - sócia ostensiva - participa com 95% do capital na Sociedade em Conta de Participação denominada SCP COPACABANA, que tem como objetivo a prospecção, estudos preliminares, análise financeira, prospecção e união de investidores, negociação e compra de terreno, elaboração dos projetos, obtenção de licenças e alvarás, construção e venda de 144 unidades habitacionais, com metragem de aproximadamente 48m² cada, na localidade Rua Eva Weigert de Souza nº 30, Bairro Roca Grande, Colombo Paraná.

Em conformidade com o cronograma de execução da obra, a Companhia finalizou o investimento projetado aportando neste exercício o valor de R\$ 475 mil que, somados aos R\$ 5.478 mil aplicados em 2012, totalizam o investimento projetado no valor de R\$ 5.953 mil.

A maioria das unidades habitacionais foi negociada às famílias participantes do Programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida”. A Companhia recebeu R\$ 7.639 mil referentes às unidades vendidas, e equivalem a 128% do total investido.

Todas as unidades foram comercializadas, restando apenas 05 contratos de financiamento a serem assinados junto a Caixa Econômica Federal.

O encerramento da obra já foi solicitado junto ao INSS, para posterior encerramento do empreendimento.

Foi contabilizado no resultado, como rendimentos, o montante de R\$ 1.686 mil.

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - CONTROLADORA

O saldo no valor de R\$ 77.247, do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 77.247), corresponde às propriedades para investimento que estão arrendadas a partes relacionadas, para exploração de agropecuária. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 05 (cinco) anos e as renovações poderão ser negociadas futuramente com as arrendatárias. O detalhamento das propriedades para investimento pode ser descrito a seguir:

Descrição das propriedades para investimento	Arrendatária	Arrendante	Parte relacionada	Prazo do contrato	Valor do aluguel
Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,000m² (136,68ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP.	Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 - 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 31 de março de 2017	R\$ 20,00 mensais por hectare
Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo: Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA).	Fartura Agropecuária S.A. CNPJ nº 05.427.471/0001-02 Praia do Flamengo, 200 - 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ	WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ	Sim	5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2014	R\$ 36.000,00 mensais
Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).					
Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA).					

Esses bens foram transferidos do ativo imobilizado para propriedade para investimento, uma vez que não eram mais utilizados pela Companhia, sendo decidido pela Administração que estes seriam arrendados. Adicionalmente para esses arrendamentos não ocorreram transferências de riscos e benefícios aos arrendatários.

Quando da adoção inicial, o valor justo dos terrenos, conforme definido pelo CPC 28 - Propriedade para investimentos (IAS 40), foi mensurado com base em laudo de avaliação preparado pela Administração da Companhia por pessoal técnico especializado. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da amostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

O resultado dessa avaliação totalizou R\$ 32.004, sendo R\$ 24.533 para o Imóvel rural localizado na Estrada Municipal JGR 365 - Jaguariúna/SP, e R\$ 7.471 para o lote 41 situado na região designada por Campo Alegre - Santana do Araguaia/PA, gerando um acréscimo ao custo das propriedades para investimento no montante de R\$ 7.623, registrado no balanço consolidado. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Companhia no grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", líquida dos impostos diferidos incidentes.

No exercício de 2012, a Companhia voltou a avaliar esses imóveis e registrou um acréscimo de R\$ 45.243, referente ao imóvel localizado na Estrada Municipal JGR 365 - Jaguariúna/SP, com base em laudo de avaliação preparado pela empresa DI Perícias e Avaliações. A avaliação foi realizada com base nas normas para avaliação de imóveis do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, em consonância com a lei federal nº 5.194 e pelas diretrizes da NBR nº 14.653 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da mostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente. A contrapartida desse valor foi registrada no resultado do exercício na rubrica "Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos". Sobre esta avaliação foram reconhecidos os tributos diferidos no valor de R\$ 15.382, apresentados na demonstração do resultado com a denominação de "imposto de renda e contribuição social diferido", tendo como contrapartida o passivo não circulante (nota 27).

Após o impacto da constituição da reserva legal sobre esta avaliação (R\$ 1.492), a Companhia optou por apropriar o valor líquido encontrado de R\$ 28.367 (em 31 de dezembro de 2012), na Reserva de lucros a realizar por entender que a realização financeira acontecerá em exercícios subsequentes (nota 28).

Na avaliação realizada no imóvel localizado em Campo Alegre, Santana do Araguaia-PA, pela empresa Wdias Engenharia e Assessoria Rural, a Companhia não realizou nenhum registro por entender que o valor justo se aproxima do valor registrado, na primeira avaliação.

No consolidado os valores referentes à propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo.

19. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONTROLADORA	
								31/12/2013	31/12/2012
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		2.732	218			2.950		2.950	2.732
Edifícios e instalações	2% a 4%	590				590	(179)	411	430
Veículos	10% a 20%	1.245	348	(457)		1.136	(509)	627	688
Móveis e utensílios	10%	1.007	46	(8)		1.045	(291)	754	861
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	1.633				1.633	(291)	1.342	1.487
Outros	4% a 10%	466				466	(83)	383	419
Total		7.673	612	(465)		7.820	(1.353)	6.467	6.617

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONTROLADORA	
								31/12/2012	31/12/2011
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		2.689	43			2.732		2.732	2.689
Edifícios e instalações	2% a 4%	590				590	(160)	430	449
Veículos	10% a 20%	1.136	262	(153)		1.245	(557)	688	702
Móveis e utensílios	10%	96	34	(35)	912	1.007	(146)	861	87
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%				1.633	1.633	(146)	1.487	
Obras em andamento		2.947	21	(72)	(2.896)				2.947
Outros	4% a 10%	115			351	466	(47)	419	105
Total		7.573	360	(260)		7.673	(1.056)	6.617	6.979

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONSOLIDADO	
								31/12/2013	31/12/2012
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		246.420	390			246.810		246.810	246.420
Edifícios e instalações	2% a 4%	39.605	342		(512)	39.435	(10.532)	28.903	29.995
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	6.650	1.596	(14)	(89)	8.143	(3.876)	4.267	3.327
Veículos	10% a 20%	4.384	1.808	(816)	(215)	5.161	(1.917)	3.244	2.553
Móveis e utensílios	10%	6.034	488	(104)	215	6.633	(4.048)	2.585	2.629
Pastagens	5%	19.709				19.709	(5.927)	13.782	14.791
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	1.634				1.634	(291)	1.343	1.488
Obras em andamento		76	4.978	(24)	584	5.614		5.614	76
Outros	4% a 10%	1.635			17	1.652	(712)	940	1.121
Total		326.147	9.602	(958)	-	334.791	(27.303)	307.488	302.400

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Custo atual	Depreciação acumulada	CONSOLIDADO	
								31/12/2012	31/12/2011
								Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		232.602	16.652		(2.834)	246.420		246.420	155.355
Edifícios e instalações	2% a 4%	36.223	367	(30)	3.045	39.605	(9.610)	29.995	27.456
Equipamentos e acessórios	5% a 33%	6.355	461	(166)		6.650	(3.323)	3.327	3.471
Veículos	10% a 20%	3.444	1.203	(263)		4.384	(1.831)	2.553	1.915
Móveis e utensílios	10%	4.963	623	(463)	911	6.034	(3.405)	2.629	2.207
Pastagens	5%	19.712		(3)		19.709	(4.918)	14.791	15.802
Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	5		(3)	1.632	1.634	(146)	1.488	5
Obras em andamento		2.947	51	(347)	(2.575)	76		76	2.947
Outros	4% a 10%	1.869			(179)	1.690	(569)	1.121	1.443
Total		308.120	19.357	(1.275)		326.202	(23.802)	302.400	210.601

Durante o exercício de 2012, as controladas: Equipo, Itaipu e Itaipu Norte adquiriram áreas para construção de futuras instalações. A Itaipu Norte adquiriu o imóvel onde já se encontrava instalada a sua sede, pelo valor total de R\$ 14.750, com um sinal de R\$ 2.450 e saldo de R\$ 12.300, financiado em 28 parcelas (nota 25).

Os custos relativos às referidas aquisições, estão a seguir discriminados:

Descrição das propriedades para construção de novas filiais	Controlada	Valor	ITBI	Custas Cartoriais	Total
Imóvel rural, com área de 25.000 m ² , denominado "Andorinha" e situado no município de Carapebus-RJ	Equipo Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 30.937.874/0001-30 Rod. Presidente Dutra nº 2351 Pavuna - Rio de Janeiro - RJ	750	15	2	767
Imóvel urbano, com área de 4.069,81 m ² , situado no Bairro Cidade Verde, município de Betim-MG	Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 16.638.413/0001-36 Rod. Fernão Dias - BR-381 nº 4000 Betim - MG	795		5	800
Imóvel urbano, com área de 114.768,00 m ² , situado no Bairro São João, Setor IV, município de Marituba-PA.	Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. CNPJ Nº 07.959.236/0001-07 Rod. BR-316, Km 11, nº 2.807-A Marituba - BA	14.750	295		15.045
Total		16.295	310	7	16.612

Em 2013 a Itaipu contratou a empresa HENRIQUE & HENRIQUE ENGENHARIA LTDA., para construção da UNIDADE ITAIPU – Montes Claros, a ser edificada no município de Montes Claros – MG.

O custo total da obra está estimado em R\$ 6.184, sendo:

Descrição	Valor
Com aquisição de materiais para construção e para as instalações necessárias à construção.	3.693
Com pagamento de mão-de-obra contratada, inclusive especializada, para coordenação e condução dos trabalhos de pessoal em canteiro de obras, bem como de mão de obra própria, incidindo sobre os valores todas as obrigações e encargos impostos pela legislação vigente que rege as relações de trabalho.	1.891
Taxa de administração	600
Total	6.184

O prazo previsto para execução da obra é de 06 (seis) meses consecutivos, sendo, contados a partir da data de autorização dada pela Itaipu.

Durante o ano de 2013 já foi realizado o montante de R\$ 4.677 que estão demonstrados na linha de “obras em andamento”.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

20. INTANGÍVEL – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Amort. acumulada	CONTROLADORA	
								31/12/2013	31/12/2012
								Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		22		(20)		2		2	22
Direito ao uso de Software	10%	285	60	(216)		129	(72)	57	145
Total		307	60	(236)		131	(72)	59	167

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Amort. acumulada	CONTROLADORA	
								31/12/2012	31/12/2011
								Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		22				22		22	22
Direito ao uso de Software	10%	285				285	(140)	145	192
Total		307				307	(140)	167	214

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Amort. acumulada	CONSOLIDADO	
								31/12/2013	31/12/2012
								Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		27		(20)		7		7	27
Direito ao uso de Software	10%	285	60	(216)		129	(72)	57	145
Fundo de comércio		8.920				8.920		8.920	8.920
Total		9.232	60	(236)		9.056	(72)	8.984	9.092

	Taxa anual de depreciação	Custo inicial	Adições	Baixa	Transf.	Custo atual	Amort. acumulada	CONSOLIDADO	
								31/12/2012	31/12/2011
								Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes		27				27		27	27
Direito ao uso de Software	10%	285				285	(140)	145	192
Fundo de comércio		8.920				8.920		8.920	8.920
Total		9.232				9.232	(140)	9.092	9.139

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio no valor de R\$ 8.920 mil refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão, mas que não é amortizado em virtude de não possuir vida útil definida, de acordo com o CPC 04 (R1).

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

21. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a pagar a fornecedores	177	197	107.949	81.404
Total	177	197	107.949	81.404

Os saldos de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin-America.

22. CRÉDITOS DE CLIENTES - CONSOLIDADO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Créditos de clientes	8.555	4.168
Total	8.555	4.168

O saldo apresentado refere-se, principalmente, a créditos em decorrência de adiantamento para aquisição de caminhões.

23. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 4.968 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 1.526). O detalhamento do cálculo de dividendo mínimo obrigatório está apresentado na nota explicativa 28.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de dezembro de 2013, aprovou a distribuição de dividendo no valor de R\$ 14.000, imputado à conta de Reserva de Lucros "Garantia para pagamento de dividendos".

O saldo da conta dividendos a pagar está assim representado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício	4.968	1.526
Dividendo a pagar de exercícios anteriores	14.736	813
Total	19.704	2.339

24. PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS

Constituída por provisão para perdas em investimentos em coligadas e controladas com passivo a descoberto.

	CONTROLADORA			
	SUPERÁGUA	PLENOGÁS	METALPLUS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.784	295	227	3.306
Perda em investimentos	593		53	646
Reversão de perdas em investimentos		(98)		(98)
Aumento de capital (*)	(3.002)			(3.002)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	375	197	280	852

	CONSOLIDADO		
	PLENOGÁS	METALPLUS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	295	227	522
Perda em investimentos		53	53
Reversão de perdas em investimentos	(98)		(98)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	197	280	477

(*) O aumento de capital da Superágua refere-se ao pagamento de ICMS conforme nota explicativa 25

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES CIRCULANTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
SHV Gás Brasil Participações Ltda.	1.853	1.887	1.853	1.887
ICMS (Refis Estadual/RJ - Lei nº 6.136, de 28.12.2011)				2.802
JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.			4.550	5.800
Outros	194	184	400	1.113
TOTAL	2.047	2.071	6.803	11.602

SHV

O valor correspondente a ações em que a Companhia responde, solidariamente, perante *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*, conforme processos documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004.

ICMS

No 1º trimestre de 2012 a controlada descontinuada Superágua aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal da Receita do Estado do Rio de Janeiro, quando contabilizou no seu resultado R\$ 4,8 milhões a serem pagos em 18 parcelas, que foram transferidas do Não circulante para o circulante e encerradas neste exercício.

JV

O montante alusivo à empresa *JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.* refere-se ao financiamento do imóvel adquirido pela controlada Itaipu Norte durante o exercício de 2012, conforme mencionado na nota explicativa 19. Neste exercício foi pago o montante de R\$ 5.800 e transferido do Não circulante para o Circulante o valor de R\$ 4.550.

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	31/12/2013			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total
Prováveis	59	1.604	5.394	7.057
Possíveis	1.887	1.845	5.002	8.734
Remotas	15	6.551	10.395	16.961
	1.961	10.000	20.791	32.752

	31/12/2012			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total
Prováveis	59	1.461		1.520
Possíveis	1.606	1.983	9.641	13.230
Remotas	17	7.563	14.919	22.499
	1.682	11.007	24.560	37.249

I - Provisões

a. Provisões tributárias

Devido à alteração de expectativa em relação ao resultado do processo nº 079.03.105825-2 da controlada Itaipu, passando de perda remota para perda provável acarretada pelo não reconhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça de tese até então adotada pelo advogado em processo de matéria idêntica, acolhida pelo mesmo tribunal, foi adicionado à provisão o montante de R\$ 5.394, valor este atualizado mensalmente pela Selic do período.

b. Provisões trabalhistas

O montante de R\$59, indicado como provisão trabalhista da controlada Equipo, refere-se a processo com pedido de reintegração ou indenização com integrações compensatórias de 13º salário; FGTS e multa rescisória de 40%; danos morais; recolhimento de INSS e devolução de descontos.

c. Provisões cíveis

O valor indicado como provisão de natureza cível da Controlada Itaipu é decorrente de ações judiciais no curso ordinário de suas operações e que representa em 31 de dezembro de 2013 a soma de R\$1.604 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$1.461).

II - Perdas possíveis, não provisionados no balanço

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, trabalhista e cível, no montante de R\$ 8.734, valor este não provisionado por apresentarem, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível.

a. Contingências Tributárias

Os passivos contingentes são constituídos através da controlada Superágua relacionada ao seguinte tema: auto de infração de ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias, por substituição tributária, no montante R\$ 4.442 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 9.242); bem como da controlada Itaipu Máquinas relacionada ao seguinte tema: ICMS – Venda direta da montadora para consumidor no montante R\$ 399 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 399); e os demais processos no montante de R\$161.

b. Contingências Cíveis

Os passivos contingentes são constituídos através da controlada Itaipu, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, que representam em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 1.605 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$1.605); e os demais processos no montante de R\$ 240.

c. Contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas são relativos, principalmente, a questões pleiteadas por ex-empregados da Controlada Equipo, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Em 31 de dezembro de 2013 possui o montante de R\$1.550 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$1.500); bem como as questões pleiteadas por ex-empregados da Controlada Itaipu, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como, horas-extras e outras. Em 31 de dezembro de 2013 possui o montante de R\$ 270 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 106); e os demais processos no montante de R\$ 67.

III - Perdas remotas, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso ordinário de suas operações, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 16.961. Não houve provisionamento por apresentarem, segundo opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda remota.

a. Contingências Tributárias

Os passivos contingentes são constituídos através da controlada Superágua e estão relacionados ao seguinte tema: ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - Remessa de mercadorias de produção própria, utilizando tabelas não correspondentes aos preços cobrados pelo mercado, que em 31 de dezembro de 2013 representam o montante de R\$ 10.395 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$10.086);

b. Contingências Cíveis

Os passivos contingentes são constituídos através da controladora e suas controladas Quinta Roda e Itapura, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, e que em 31 de dezembro de 2013 correspondem a R\$ 551 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 1.563); bem como da controlada Fartura relacionada ao seguinte tema: ação de indenização por dano material devido a quebra de contrato porque, quem deu causa à rescisão do contrato foram os requerentes, posto que, não honraram o contrato de arrendamento no montante de R\$ 6.000 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$6.000); e os demais processos no montante de R\$15.

27. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDOS

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda	12.857	12.857	30.883	31.482
Contribuição social	4.628	4.629	11.118	11.328
Total	17.485	17.486	42.001	42.810

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

. Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados.

No exercício de 2013 foi realizado o montante de R\$ 879 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 872).

. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

No exercício de 2013 foi realizado o montante de R\$ 664 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 800).

. Reserva de lucros

.. Reserva legal

A Companhia constituiu a título de reserva legal o valor de R\$ 1.046 (2012 - R\$ 1.814), conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social.

... Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o estatuto social da Companhia, nos artigos nºs 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Neste exercício foi destinado o total de R\$ 14.902 (R\$ 4.577 – 2012) para as reservas mencionadas acima.

Foi utilizado o valor de R\$ 14.000, da reserva para garantia de dividendos para fazer face à distribuição dos dividendos aprovados em reunião do Conselho de Administração de 17 de dezembro de 2013.

Foi adicionado no período o valor de R\$ 404, referente à prescrição de dividendos do exercício de 2010.

Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	CONTROLADORA	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	19.373	34.612
Realização da reserva de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial	1.543	1.672
Lucro líquido do exercício ajustado	20.916	36.284
Constituição da reserva legal (5%)	(1.046)	(1.814)
Constituição da reserva de lucros a realizar		(28.367)
Base de cálculo do dividendo obrigatório	19.870	6.103
Dividendos obrigatórios (25%)	4.968	1.526
Total de dividendos propostos	4.968	1.526

.. Dividendo adicional proposto

Neste exercício está sendo proposto, a título de dividendo adicional complementar, o montante de R\$ 2.532 (R\$ 13.474 em 2012), valor este que foi transferido da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da assembleia geral ordinária.

29. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

A WLM possui 02 segmentos operacionais, conforme descrito abaixo, que são as suas unidades de negócio estratégicas, onde atua na comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*.

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através das concessionárias de veículos da marca **Scania: Equipo** (Rio de Janeiro), **Quinta Roda** (São Paulo e Minas Gerais), **Itaipu** (Minas Gerais) e **Itaipu Norte** (Pará e Amapá), com certificação mundial D.O.S. (*Dealer Operating Standard*) concedida pela Scania, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – por meio da **Fartura** (Sul do Pará) e **São Sebastião** (Norte do Mato Grosso) atua na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (região de Campinas/SP) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (Sul de Minas Gerais) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas.

Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes nos exercícios de 2013 e 2012.

Demonstrativo e conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos reportáveis:

	EXERCÍCIO DE 2013				EXERCÍCIO DE 2012			
	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL
Operações continuadas								
Receita operacional bruta								
Receita de bens		1.202.762	9.112	1.211.874		848.564	7.154	855.718
Receita de serviços		52.262		52.262		49.233		49.233
Total da receita operacional bruta		1.255.024	9.112	1.264.136		897.797	7.154	904.951
Deduções de receita bruta		(128.883)	(538)	(129.421)		(91.928)	(542)	(92.470)
Receita líquida de vendas e serviços		1.126.141	8.574	1.134.715		805.869	6.612	812.481
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(971.716)	(8.400)	(980.116)		(677.765)	(7.367)	(685.132)
Lucro bruto		154.425	174	154.599		128.104	(755)	127.349
Despesas operacionais, líquidas de receitas	(15.298)	(95.719)	(6.053)	(117.070)	(25.153)	(84.503)	(5.475)	(115.131)
Outras receitas	1.979	(3.942)	2.673	710	57.210	(573)	(516)	56.121
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	(13.319)	54.764	(3.206)	38.239	32.057	43.028	(6.746)	68.339
Imposto de renda e contribuição social		(18.258)		(18.258)	(15.382)	(13.072)		(28.454)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(13.319)	36.506	(3.206)	19.981	16.675	29.956	(6.746)	39.885
Operações descontinuadas				(608)				(5.273)
Total	(13.319)	36.506	(3.206)	19.373	16.675	29.956	(6.746)	34.612

	EXERCÍCIO DE 2013				EXERCÍCIO DE 2012			
	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	SEGMENTO AUTOMOTIVO	SEGMENTO AGROPECUÁRIO	TOTAL
Ativo total de segmentos reportáveis		355.429	182.123	537.552		300.044	179.265	479.309
Outros ativos	151.388			151.388	178.727			178.727
Ativos descontinuados				77				102
Total do Ativo Consolidado	151.388	355.429	182.123	689.017	178.727	300.044	179.265	658.138
Passivo total de segmentos reportáveis		355.429	182.123	537.552		300.044	179.265	479.309
Outros passivos	151.388			151.388	178.727			178.727
Passivos descontinuados				77				102
Total do Passivo Consolidado	151.388	355.429	182.123	689.017	178.727	300.044	179.265	658.138

O segmento automotivo é o principal elemento de avaliação do resultado do desempenho da Companhia.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e da contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração.

30. RECEITA DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Receita de bens	1.211.874	855.719
Receita de serviços	52.263	49.233
Total da receita operacional bruta	1.264.137	904.952
Deduções de receita bruta	(129.422)	(92.471)
Total	1.134.715	812.481

31. CUSTO DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

Descrição	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Custo de bens	968.341	674.031
Custo dos serviços	11.774	11.100
Total	980.115	685.131

32. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Honorários da administração	4.343	4.735	4.343	4.735
Honorários do conselho fiscal	476	443	476	443
Salários e encargos	12.061	12.843	72.948	67.418
Serviços de terceiros	1.346	926	5.221	4.737
Manutenção predial e outros	53	71	2.713	3.220
Benefícios a empregados (*)	1.428	1.217	9.367	9.029
Aluguéis e arrendamentos	1.281	1.487	2.051	2.507
Condução, viagens e estadas	155	157	3.977	3.866
Impostos, taxas e contribuições	849	925	1.723	1.807
Condomínio	330	398	330	398
Comunicações	163	180	1.708	1.593
Frota própria	104	122	851	647
Frete de terceiros			2.817	2.829
Manutenção de máquinas e equipamentos	49	49	1.294	1.216
Despesas com seguros	38	57	377	293
Anúncios e publicações	335	324	442	472
Propaganda, promoção e representação			782	783
Multas	3	8	6	73
Manutenção de obras de infraestrutura	8	2	108	170
Manutenção de softwares	304	419	2.082	1.513
Mortes e perdas			565	566
Depreciação e amortização	546	532	2.335	2.146
Outros	251	258	3.815	4.670
Total	24.123	25.153	120.331	115.131

(*) Refere-se a Plano de Saúde, Vale Refeição, Vale Alimentação e Vale Transporte.

A Companhia adota como prática o pagamento de adicional por tempo de serviço para seus funcionários, tendo como base o período proporcional à data de admissão. Esse pagamento ocorre quando do gozo de férias de cada funcionário, considerando o salário base do mesmo.

Período	Percentual sobre o salário base
3 anos	40%
4 anos	50%
5 a 9 anos	75%
10 a 15 anos	85%
Após 15 anos	105%

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física, bem como não existem pagamentos com base em ações da Companhia.

33. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	7.506	9.355	11.240	13.104
Atualização monetária	605	532	606	855
Variação cambial		965		965
Descontos obtidos			36	176
Juros recebidos			488	549
Outras receitas financeiras			237	2
Subtotal	8.111	10.852	12.607	15.651
Despesas Financeiras				
Juros		(12)	(9.558)	(5.130)
Atualização monetária	(122)	(232)	(577)	(523)
Variação cambial		(582)		(582)
Rendimento negativo de aplicativo em moeda estrangeira		(165)		(165)
Despesas bancárias	(7)	(17)	(30)	(47)
Subtotal	(129)	(1.008)	(10.165)	(6.447)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	7.982	9.844	2.442	9.204

34. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo: 15% acrescidos de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesa temporariamente não dedutível ou exclusões de receita provisoriamente não tributável, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários.

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IMPOSTO DE RENDA				
Lucro antes do imposto de renda	19.411	4.676	70.704	43.995
Alíquota fiscal combinada de imposto de renda	15%	15%	15%	15%
Imposto de renda pela alíquota fiscal combinada	(2.912)	(701)	(10.606)	(6.599)
ADIÇÕES				
Reserva de reavaliação utilizada	(1)	(1)	(200)	(200)
Gratificações diretoria/encargos FGTS	(183)	(338)	(686)	(686)
Avaliação de investimentos em coligadas			(31)	(108)
Depreciação - Lei nº 11.638			(29)	(30)
Correção especial				(4)
Juros sobre capital próprio	(1.096)	(1.168)	(1.096)	(1.168)
Provisão para perdas em coligadas	(104)	(796)	(104)	(796)
Provisão para contingências			(832)	(128)
Multas dedutíveis				(4)
Doações	(1)		(1)	(41)
Outras Adições	(1)	(6)	(3)	(8)
EXCLUSÕES				
Equivalência patrimonial	5.119	3.707	5.119	3.707
Ganho de participação em controladas	7	10	7	10
Rendimentos de investimentos avaliados pelo custo	253		253	
Reversão da provisão para perdas em coligadas	21	18	21	18
Juros sobre capital próprio			1.096	1.168
PAT			330	236
Exclusão do limite para aplicação do adicional do imposto de renda			(5.398)	(3.844)
Resultado	1.103	724	(11.874)	(8.477)
Compensação 100% com base negativa períodos anteriores			97	18
Imposto de renda corrente			(13.309)	(9.519)
Imposto de renda diferido		(11.311)		(11.311)
Imposto de renda apresentado		(11.311)	(13.309)	(20.830)
Alíquota efetiva			18,82%	21,64%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Lucro antes da contribuição social	19.411	4.676	70.704	43.995
Alíquota fiscal combinada da contribuição social	9%	9%	9%	9%
Contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.747)	(421)	(6.363)	(3.960)
ADIÇÕES				
Reserva de reavaliação utilizada			(120)	(120)
Depreciação - Lei nº 8.200/91 - IPC 90	(1)		(13)	(12)
Gratificações diretoria / encargos FGTS	(110)	(203)	(411)	(411)
Avaliação de investimentos em coligadas				(65)
Depreciação - Lei nº 11.638			(17)	(18)
Juros sobre Capital Próprio	(665)	(701)	(657)	(701)
Provisão para perdas em coligadas	(62)	(477)	62	(477)
Provisão para contingências			(499)	(79)
Doações	(1)		(1)	(25)
IR e CSLL exercício anterior				(2)
Outras adições		(4)	(2)	(6)
EXCLUSÕES				
Equivalência patrimonial	3.071	2.224	3.071	2.224
Ganhos de participação em controladas	4	6	4	6
Reversão da provisão para perdas em coligadas	13	11	13	11
Juros sobre Capital Próprio			657	701
Resultado	661	435	(4.096)	(2.935)
Compensação 100% com base negativa períodos anteriores			59	11
Contribuição social corrente			(4.948)	(3.552)
Contribuição social diferida		(4.071)		(4.071)
Contribuição social apresentada		(4.071)	(4.948)	(7.623)
Alíquota efetiva			7,00%	8,07%

Considerações sobre a MP 627 e IN 1397

Em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que, dentre outros assuntos, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo art. 15, da Lei nº 11.941/2009, e altera a legislação relacionada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A MP ainda revoga diversos dispositivos da legislação tributária, a partir de 1º de janeiro de 2015, que em sua maioria possuem discussão pendente ou de certa forma

questionável no âmbito judicial e/ou administrativo. A MP entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, exceto para os seguintes assuntos:

- a) disposições relativas à revogação do RTT e seus aspectos de adaptação, para os anos-calendário 2008 a 2013, cujas determinações foram amplamente manifestadas pela RFB na Instrução Normativa nº 1.397 de 2013;
- b) possibilidade de opção pelos efeitos da revogação do RTT a partir de 1º de janeiro de 2014, em relação ao arts. 1º a 66 da referida MP; e
- c) alterações relativas ao parcelamento especial de débitos para com a Fazenda Nacional.

Optando pela aplicação da nova legislação (afastamento do RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014, a opção será irretratável e sujeitará os contribuintes às disposições dos artigos 1º a 66 da referida MP e às revogações previstas no artigo 99 da MP.

A MP também permite a opção da adoção das novas regras para a tributação em bases universais (artigos 72 a 91), que também será irretratável e sujeitará o contribuinte às novas determinações da legislação.

Atualmente a MP encontra-se em discussão no congresso nacional, onde já foram apresentadas mais de 500 emendas ao texto original.

A Companhia analisou os efeitos da aplicação dessa legislação (MP 627 e IN 1397) e os considerou imateriais em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013. A Administração acompanhará as possíveis alterações que o texto dessa MP sofrerá até sua conversão em lei para decidir quanto a adesão optativa para o ano calendário de 2014, bem como, novas manifestações da RFB sobre os demais procedimentos que devem ser atendidos pelas empresas.

35. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores está apresentada uma parte na rubrica de honorários da Administração e outra na rubrica de salários e encargos.

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração nos dois últimos exercícios:

Órgão	Nº de membros	REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO					
		31/12/2013			31/12/2012		
		Fixa Salário	Variável Bônus (*)	Total	Fixa Salário	Variável Bônus (*)	Total
Diretoria Executiva	2	4.210	1.506	5.716	3.887	2.914 (**)	6.801
Conselho de Administração	3	4.343		4.343	4.735		4.735
Conselho Fiscal	3	481		481	439		439
Total da remuneração	8	9.034	1.506	10.540	9.061	2.914	11.975

(*) Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

(**) Inclui R\$ 1.506 referentes à provisão para pagamento em 2013.

36. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da WLM, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro por ação com base no lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Lucro básico por ação	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total	Ordinárias Nominativas	Preferenciais Nominativas	Total
Ações em circulação - Unidades	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Total de ações em circulação - Unidades	3.314.244	3.968.690	7.282.934	3.314.244	3.968.690	7.282.934
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	8.815.849,30	10.556.667,82	19.372.517,12	15.750.756,47	18.860.973,93	34.611.730,40
Lucro líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$)	2,52	2,77		4,51	4,96	

37. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e

monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8 as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*” / “*swap*” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado.

(ii) Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que o valor contábil dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial está demonstrado com razoável aproximação ao valor justo.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 9. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras conforme apresentado nas notas explicativas 7 e 8.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários – CDBs e Fundos de Investimentos (nota explicativa 8) como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas controladas, possuem seguros contratados para veículos, bem como para as suas instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2013 totaliza, aproximadamente, R\$ 58.717 (R\$ 44.906 – 2012), quantia considerada suficiente, pela Administração da Companhia e seus corretores de seguros, para cobertura dos seus riscos operacionais.

		CONSOLIDADO
ITEM	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Bens, benfeitorias e máquinas	Quaisquer danos materiais, edificações, máquinas, equipamentos, tais como: incêndios, queda de raios e explosão; danos elétricos; roubo ou furto qualificado de bens; vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo; e responsabilidade civil.	R\$ 19.790
Veículos	Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros.	R\$ 38.927
		R\$ 58.717

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

* * *

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

A DIRETORIA

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor Presidente

LUIZ FERNANDO LEAL TEGON
Diretor Vice-Presidente e
de Relações com Investidores

ÁLVARO VERAS DO CARMO
Contador - CRC/RJ 43.910/O-6